



Núcleo de Meio Ambiente  
 Universidade Federal do Pará  
 Rua Augusto Corrêa, 01, Guamá  
 Belém, Pará, Brasil  
<https://periodicos.ufpa.br/index.php/agroecossistemas>

**Márcia Cristina Santos**

Universidade Federal do Pará  
 marciacsantos72900@gmail.com

**Rodolpho Zaluth Bastos**

Universidade Federal do Pará  
 rzb@ufpa.br

**Wagner Barbosa**

Universidade Federal do Pará  
 zweigw@gmail.com

**Lise Tupiassu**

Universidade Federal do Pará  
 ltupiassu@gmail.com

**Otávio do Canto**

Universidade Federal do Pará  
 odocanto@gmail.com

## GESTÃO COMPARTILHADA E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO, MARAPANIM-PA

**RESUMO:** O presente artigo visou identificar os limites da gestão compartilhada na Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo, considerando os conflitos socioambientais existentes. A RESEX foi criada em 2014, é gerenciada por um Conselho Deliberativo e ainda não possui Plano de Manejo implantado. Para alcançar este objetivo, foi necessário realizar um levantamento bibliográfico-documental acerca do tema, e trabalho de campo, consistindo de entrevistas; participação em reuniões do Conselho Gestor da RESEX; participação em oficinas de Cartografia Participativa na RESEX, realizadas pelo Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA-Amazônias), apoiada pela CAPES/COFECUB e CNPq; levantamentos sobre o perfil das famílias beneficiárias da RESEX e participação nas atividades de monitoramento do pescado, realizadas pelo Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e, ainda, realização de registros fotográficos. Essas etapas metodológicas possibilitaram identificar as interrelações entre os conselheiros, bem como os conflitos socioambientais relatados por eles, e os limites da gestão compartilhada. As entrevistas foram direcionadas aos conselheiros, e permitiram identificar os principais conflitos socioambientais existentes na RESEX a partir da perspectiva deles. O trabalho constatou que os limites existentes na gestão compartilhada da RESEX são: deficiência do sistema de informação entre a maioria dos conselheiros, baixo grau de participação da população no processo de gestão da RESEX, dificuldade de mediação relativa aos interesses dos membros do Conselho Deliberativo, comunicação frágil entre as comunidades da RESEX e a implantação do Núcleo de Gestão Integrada (NGI).

**PALAVRAS-CHAVE:** Cogestão, Empoderamento social, Território.

Recebido em: 2021-03-29  
 Avaliado em: 2021-08-13  
 Aceito em: 2021-09-29

## SHARED MANAGEMENT AND SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICT IN CONSERVATION UNITS: THE CASE OF RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO, MARAPANIM-PA

**ABSTRACT:** This article aimed to identify the limits of shared management in the Mestre Lucindo Marine Extractive Reserve (RESEX), considering the existing socio-environmental conflicts. RESEX was created in 2014, is managed by a Deliberative Council and does not yet have a Management Plan in place. To achieve this goal, it was necessary to carry out a bibliographic-documentary survey on the subject, and field work, consisting of interviews; participation in meetings of the RESEX Management Board; participation in Participatory Cartography workshops at RESEX, carried out by the Society-Environment Research Group of the Amazon (GPSA-Amazônia), supported by CAPES/COFECUB and CNPq; surveys on the profile of RESEX beneficiary families and participation in fish monitoring activities carried out by the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio) and also carrying out photographic records. These methodological steps made it possible to identify the interrelationships between the councilors, as well as the socio-environmental conflicts reported by them, and the limits of shared management. The interviews were directed to the councilors, and allowed to identify the main social and environmental conflicts existing in RESEX from their perspective. The work found that the existing limits in the shared management of RESEX are: deficiency in the information system among the majority of councilors, low level of participation of the population in the RESEX management process, difficulty in mediating regarding the interests of the members of the Deliberative Council, weak communication between the RESEX communities and the implementation of the Integrated Management Center (NGI).

**KEYWORDS:** Comanagement, Social Empowerment, Territory.

## GESTIÓN COMPARTIDA Y CONFLICTO SOCIOAMBIENTAL EN UNIDADES DE CONSERVACIÓN: EL CASO DE RESINHA MARINHA MESTRE LUCINDO, MARAPANIM-PA

**RESUMEN:** Este artículo tuvo como objetivo identificar los límites del manejo compartido en la Reserva Extractiva Marina Mestre Lucindo (RESEX), considerando los conflictos socioambientales existentes. RESEX fue creada en 2014, es administrada por un Consejo Deliberante y aún no cuenta con un Plan de Manejo. Para lograr este objetivo, fue necesario realizar un relevamiento bibliográfico-documental sobre el tema, y un trabajo de campo, consistente en entrevistas; participación en reuniones del Consejo de Administración de RESEX; participación en talleres de Cartografía

Participativa en RESEX, realizados por el Grupo de Investigación Sociedad-Medio Ambiente de la Amazonía (GPSA-Amazônia), apoyado por CAPES / COFECUB y CNPq; encuestas sobre el perfil de las familias beneficiarias de RESEX y participación en las actividades de monitoreo de peces que realiza el Instituto Chico Mendes para la Conservación de la Biodiversidad (ICMBio) y también la realización de registros fotográficos. Estos pasos metodológicos permitieron identificar las interrelaciones entre los concejales, así como los conflictos socioambientales denunciados por ellos, y los límites de la gestión compartida. Las entrevistas fueron dirigidas a los concejales, y permitieron identificar los principales conflictos sociales y ambientales existentes en RESEX desde su perspectiva. El trabajo encontró que los límites existentes en la gestión compartida de RESEX son: deficiencia en el sistema de información entre la mayoría de concejales, baja participación de la población en el proceso de gestión de RESEX, dificultad para mediar sobre los intereses de los miembros de la Consejo Deliberante, débil comunicación entre las comunidades RESEX y la implementación del Centro de Manejo Integrado (NGI).

**PALABRAS CLAVES:** Cogestión, Empoderamiento Social, Territorio.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, foram criadas diversas ferramentas de incentivo à participação social durante o desenvolvimento de importantes atividades e processos, evocando a sociedade a se tornar protagonista, e atribuindo voz a grupos historicamente marginalizados pelas políticas de desenvolvimento local. Com isso, estes grupos não só assumem responsabilidades, como também demandam a garantia por seus direitos, influenciando os atuais e futuros acontecimentos de maneira ativa no decorrer de sua história.

Ao focar a referência empírica deste trabalho, verifica-se um acontecimento basilar para a consolidação do cenário atual: o Movimento dos Seringueiros, nos anos 1970. Este foi o prelúdio de uma base de organização local que se fortaleceu e logrou várias conquistas, dentre elas a concessão de terras à população cabocla pelo governo federal; a definição legal das Reservas Extrativistas (RESEX) em 1990; o pioneirismo de ser a primeira categoria de Unidade de Conservação (UC) a

permitir a inclusão de pessoas em seu território (BECKER, 2009); além de ter sido a primeira tipologia de UC a ser criada como resultado de demandas sociais (PEREIRA; FENELON; OLIVEIRA, 2019; ROCHA et al., 2021), e ter precedido a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o qual foi instituído 10 anos depois pela Lei nº 9.985/2000.

Neste sentido, é possível afirmar que o sucesso obtido pela luta do Movimento Seringueiro representa a fase embrionária da gestão compartilhada no contexto amazônico, que suscitou grandes avanços na mobilização e participação popular nas políticas de ação territorial. Desse modo, o principal instrumento de ação e empoderamento social da gestão compartilhada é o Conselho Deliberativo. Conforme dispõe o segundo parágrafo do Artigo 18 da Lei Federal nº 9.985/2000, cada RESEX deve ser gerenciada por um Conselho Deliberativo, que deve ser formado por “representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área”. A gestão compartilhada ou

cogestão trata-se de uma tipologia de gestão embasada na distribuição de processos decisórios entre diversos sujeitos sociais, como órgãos públicos, membros da sociedade civil e representantes do setor privado (CARLSSON; BERKES, 2005; JENTOF, 2003).

Todavia, é válido ressaltar que, assim como a gestão compartilhada conta com diversos atributos, esta mesma conjuntura também é permeada por conflitos socioambientais (COSTA; PEREIRA, 2018). Isto se deve não apenas à diversidade de sujeitos sociais em atuação, como também à própria realidade local, pois é importante considerar que, dadas as particularidades e contradições presentes no contexto local, os conflitos socioambientais existentes interferem diretamente no processo de gestão compartilhada. As análises se tornam ainda mais complexas ao considerar que a gestão compartilhada em RESEX Marinhas envolve o manejo de recursos de uso comum, com destaque para os recursos pesqueiros (SOMBRA et al., 2018; LIMA et al., 2020).

Neste sentido, ao envolver os pescadores nos processos de gestão dos recursos pesqueiros, surgem diversos pontos positivos, como: o enriquecimento desta experiência pela adição dos conhecimentos dos pescadores, além de torná-los multiplicadores quanto à importância do cumprimento de normas e, por fim, o fomento ao “sentimento de pertencimento” por todos os indivíduos que possuem relação com os recursos pesqueiros (LIMA et al., 2021; ALVES et al., 2020; CASAL; SOUTO, 2018). Quanto a isto, Canto et al., (2018) afirmam que o principal ponto quanto à gestão territorial é o “acolhimento democrático das lutas”, e não a neutralização de interesses discordantes, e para isso é preciso atenuar a assimetria entre os sujeitos sociais envolvidos.

Ao direcionar as análises para a gestão compartilhada, Canto et al. (2020b) compreendem que essa ainda é a melhor modalidade de gestão de UC, visto que seu objetivo é admitir a existência de conflitos e, a partir daí, gerar oportunidades de mediação,

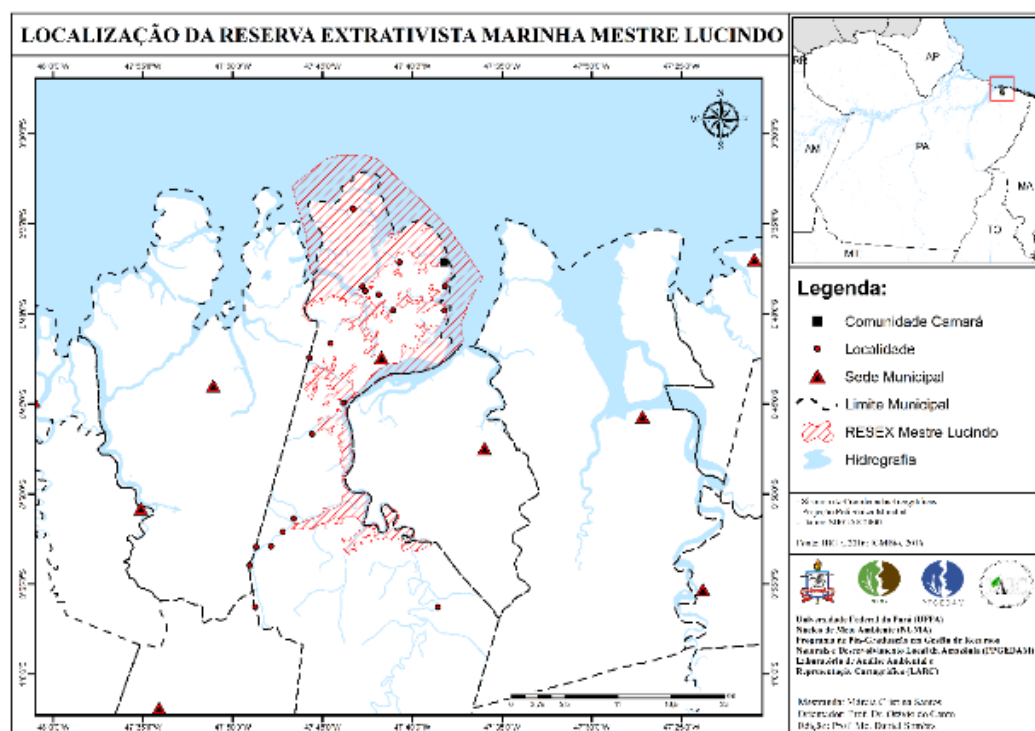
estabelecendo consensos a serem aceitos e respeitados por todos os indivíduos presentes na UC, além daqueles que estão diretamente relacionados à gestão de uma UC.

Buckles e Rusnak (2000) indicam que há várias fontes de conflitos na gestão de recursos de uso comum, enfatizando quatro pontos fundamentais. O primeiro ponto se refere ao fato de que os recursos estão interligados, de modo que as ações de um indivíduo ou grupo podem afetar áreas muito distantes do ponto onde se originam. O segundo ponto trata da grande desigualdade quanto ao poder de barganha entre os sujeitos sociais envolvidos nos processos de apropriação e gestão de recursos, o que significa que os sujeitos que detêm maior poder de barganha são, conseqüentemente, os que possuem as maiores chances de controlar as decisões em benefício próprio. O terceiro ponto diz respeito à escassez dos recursos devido à rapidez das transformações socioambientais, ao crescimento da demanda e à distribuição irregular da riqueza obtida.

O quarto e último ponto trata dos verdadeiros usos dos recursos, que somente tornam-se compreensíveis ao considerar as variáveis sociais e culturais. Nesta perspectiva, outros estudos apontam que a devida compreensão das funções dos membros dos Conselhos Deliberativos, bem como a efetiva articulação entre eles são os maiores desafios da gestão compartilhada de UCs (COSTA, 2018; ICMBio, 2014; ESPÍRITO SANTO; PIRAUX, 2021; COSTA, VASCONCELLOS SOBRINHO; ROCHA, 2018, SILVA JÚNIOR et al., 2018).

Esta pesquisa definiu como área de estudo a RESEX Marinha Mestre Lucindo, situada na zona costeira paraense, mais precisamente no município de Marapanim. A pesca artesanal e a extração de mariscos são a base da economia local. Na Figura 1, tem-se o mapa de localização da RESEX. Deste modo, o objetivo deste trabalho foi identificar os limites da gestão compartilhada na RESEX Marinha Mestre Lucindo, considerando os conflitos socioambientais existentes.

Figura 1. Mapa de localização da RESEX Marinha Mestre Lucindo.



Fonte: LARC/NUMA, 2019.

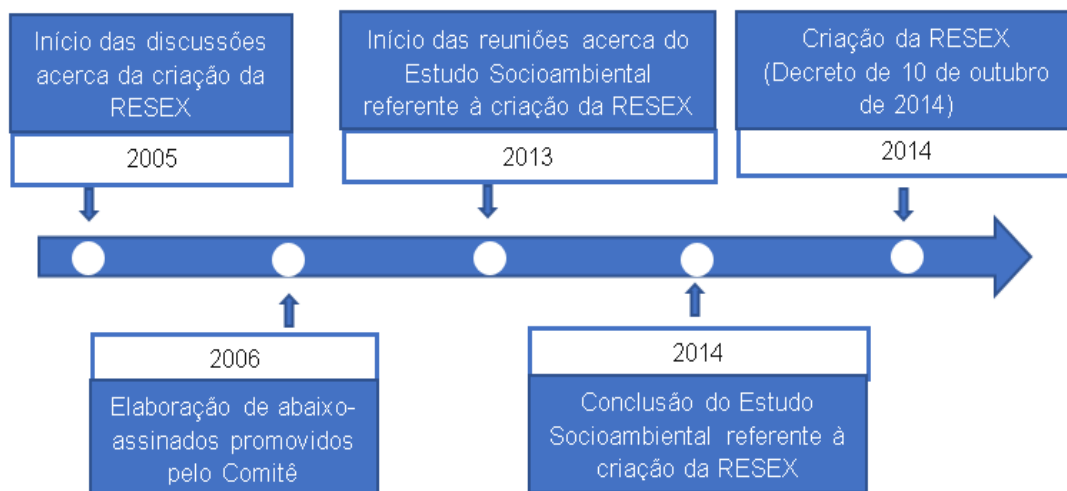
Por fim, é pertinente mencionar que a presente pesquisa converge para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente os Objetivos 14 e 15, referentes à vida na água e à vida na terra, respectivamente.

## MATERIAL E MÉTODOS

No intuito de alcançar o objetivo aqui apresentado, tornou-se necessário determinar algumas etapas metodológicas, como levantamento bibliográfico-documental, observação de campo, realização de entrevistas e registros fotográficos. A RESEX Marinha Mestre Lucindo está localizada no município de Marapanim, no Nordeste paraense. Foi instituída pelo Decreto Federal sem número, de 10 de outubro de 2014, e quatro anos depois foi criado seu Conselho Deliberativo. A RESEX tem uma área de mais de 26 mil hectares, e congrega 32 comunidades que são agrupadas em oito Polos. O Polo 1, ou Polo Camará, é composto pelas comunidades de Camará,

Crispim, Bacuriteua e Retiro; Polo 2, ou Polo Marudá, é formado por Marudá, Recreio, Sossego e Sol da Manhã; Polo 3, ou Polo Vista Alegre, é composto por Vista Alegre, Itauaçu e Tamaruteua; Polo 4, ou Polo Araticum-mirim, é formado por Araticum-mirim, Manhuteua, Livramento e Porto Alegre; o Polo 5, ou Polo Cidade ou Polo Abacate, é formado por Abacate, Barraca, Nova Aliança e Porto do Bugário; Polo 6, ou Polo Guarajubal, é composto por Guarajubal, Juçateua, Arapijó e Canavial; Polo 7, ou Polo Igarapé-açu é formado por Igarapé-açu, Boa Esperança e Santana do Maú; e Polo 8, ou Polo Remanso, é composto por Remanso, Maranhãozinho, Pedral, Cipoteua, Cruzeiro do Maú e Marudazinho (CAMPOS; NASCIMENTO; MENDONÇA, 2017). A seguir, tem-se a Figura 2, que apresenta a cronologia dos acontecimentos ligados ao processo de gestão da RESEX.

**Figura 2.** Sequência dos eventos mais relevantes para a criação da RESEX Marinha Mestre Lucindo.



Fonte: GPSA-Amazônias, 2019.

Nesta pesquisa, foram empregados como instrumentos ou recursos metodológicos: o levantamento bibliográfico-documental e o trabalho de campo.

Dentre as etapas do trabalho de campo, se incluem as entrevistas semi-estruturadas realizadas com os conselheiros da RESEX. Com isto, foi possível identificar alguns dos conflitos socioambientais existentes e, conseqüentemente, alguns dos limites da gestão compartilhada. Outra etapa foi o trabalho de campo, que ocorreu em quatro diferentes momentos, e teve a função de proporcionar a aproximação entre os pesquisadores, a

população local e os conselheiros, além de permitir a observação direta de conflitos existentes. O primeiro momento se deu nas reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX. Nestas ocasiões, foi possível verificar as mais diversas relações estabelecidas entre os conselheiros.

Nestes eventos, os conselheiros e todos os demais interessados se reuniram em local, data e horário, previamente definidos, para discutir os temas contidos no ofício de convocação para a reunião. Os temas debatidos se referiam ao gerenciamento da RESEX, apresentações de atividades realizadas



em parceria com outras instituições, e possíveis conflitos. Na Figura 3

observa-se uma das reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX.

**Figura 3.** Reunião em comemoração aos cinco anos de criação da RESEX Marinha Mestre Lucindo.



Fonte: GPSA-Amazônias, 2019.

O segundo momento do trabalho de campo foi a realização de oficinas de Cartografia Participativa, as quais foram proporcionadas pelo Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA). Este tipo de cartografia não é oficial, mas é uma ferramenta forte para conhecer o território por meio da visão dos habitantes locais.

A partir deste instrumento, tornou-se possível conhecer, além dos embates existentes, também alguns dos limites da gestão compartilhada.

As fases desta etapa serão descritas a seguir.

Primeiramente, a equipe de pesquisadores entrou em contato com uma liderança local, e marcou um encontro. Em seguida, no dia e horário marcados, a equipe foi à comunidade para se reunir com o líder local. Nesta ocasião, os pesquisadores abordaram a Cartografia Participativa, a importância e a utilidade desta técnica, a sequência de processos necessários e sugeriram a aplicação desta dinâmica na comunidade. O líder manifestou-se

interessado, e se comprometeu a mobilizar a comunidade para participar deste processo, com data, hora e local pré-definidos.

No dia determinado, a equipe retornou ao local e conversou com todos os presentes a respeito do significado desta cartografia, a metodologia do processo e a importância deste produto para a RESEX. Neste encontro com a comunidade, a equipe levou cartas-imagens com a representação do território em questão. As cartas foram abertas e apresentadas aos comunitários. Após isso, a equipe reafirmou as etapas da dinâmica, e estimulou a comunidade para o debate e identificar as áreas e seus respectivos tipos de uso.

A princípio, a comunidade se mostrou tímida a participar, mas aos poucos, alguns membros foram se sentindo mais confiantes, e isso estimulou os demais a participar. Assim, com a identificação dos múltiplos usos do território, alguns conflitos começaram a ser evidenciados, o que tornou a carta-

imagem cada vez mais repleta de detalhes. Ao fim deste processo, a equipe retornou para a Universidade, e lá o mapa da Cartografia Participativa foi confeccionado no Laboratório. Este processo ocorreu mais de uma vez, a fim de aprimorar cada vez mais as informações coletadas junto à população local. E, em cada encontro com a comunidade, os pesquisadores reforçaram a explicação sobre os pontos-chave do processo: do que se trata, para que serve e qual sua importância e objetivos.

A conclusão desta fase consistiu na entrega do mapa em três vias impressas, sendo uma via disponibilizada para a comunidade, outra para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a terceira para o representante do órgão gestor da RESEX.

Este mesmo mapa também foi cedido em meio digital, a fim de proporcionar um maior alcance dos resultados obtidos. Estas oficinas foram aplicadas na Vila do Camará e na comunidade de Cajutuba, que compreende as ilhas de Itauçu e

Tamaruteua, ambas situadas no interior da RESEX. Na Figura 4 está

ilustrada a realização de uma oficina de Cartografia Participativa.

**Figura 4.** Membros da comunidade de Cajutuba indicando os modos de uso e ocupação do solo, mar e áreas em que são manifestados conflitos, a fim de compor o mapa por meio da Cartografia Participativa.



Fonte: GPSA-Amazônias, 2019.

E ainda, o terceiro momento do trabalho de campo se deu com a participação voluntária no processo de levantamento de beneficiários da RESEX, atividade realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Este levantamento foi realizado pela aplicação de questionários contidos em *tablets* cedidos pelo Sistema de Informações das Famílias em UCs Federais (SISFAMÍLIAS), do Ministério do Meio

Ambiente, com o objetivo de identificar e conhecer de modo mais detalhado as famílias extrativistas que habitam o território da RESEX.

Para isso, os questionários levantaram informações como: identificação dos membros das famílias; caracterização da área de moradia e de uso; educação e saúde; acesso a serviços; produção e comercialização; uso da terra e práticas de conservação; renda; e organização social, aspectos ambientais e relação

com a gestão da UC. Desse modo, com esta vivência, foi possível conhecer um pouco melhor a população local, seu modo de vida e seu entendimento sobre alguns dos conflitos existentes. A partir daí, se pôde refletir e analisar a

relação entre esses conflitos com alguns dos limites da gestão da RESEX. A Figura 5 demonstra a aplicação de um questionário em uma das famílias que residem na área da RESEX.

**Figura 5.** Aplicação de um questionário a uma família que habita a comunidade de Guarajubal.



Fonte: GPSA-Amazônias, 2019.

Por fim, o quarto e último momento do trabalho de campo se deu com a participação nas atividades de monitoramento do pescado, também promovido pelo ICMBio. Nesta vivência, foi possível verificar as precárias condições de trabalho dos pescadores, os conflitos envolvidos e algumas das limitações da gestão. Dada a grande extensão territorial da RESEX, bem como a limitação de

recursos financeiros para a fiscalização contínua, a estratégia do monitoramento autônomo do pescado visou estimular uma maior participação da população nesta fiscalização, e foi uma das diversas atividades relacionadas à gestão da RESEX. Na Figura 6, é possível visualizar a realização desta atividade por duas moradoras locais.

**Figura 6.** Moradoras da Vila de Camará durante ação de monitoramento do pescado, na Praia do Lembe.



Fonte: GPSA-Amazônias, 2019.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Conselho Deliberativo da RESEX é composto por representantes de associações comunitárias, como a Associação dos Usuários da RESEX Marinha Mestre Lucindo (AUREMLUC), a Central das Associações dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinha do Litoral Paraense (CAUREM) e a Colônia de Pescadores; instituições de ensino como a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural do Pará (UFRA) e Instituto Federal do Pará (IFPA); órgãos de assistência rural, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER/PA); e a Comissão Nacional

de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM). Em março de 2020, deveria ter ocorrido uma nova eleição para membros do Conselho Deliberativo, porém o processo foi adiado devido à pandemia causada pelo novo Coronavírus. Dentro do Conselho Deliberativo, foi possível notar o engajamento da AUREMLUC, uma organização comunitária, durante as atividades ligadas à gestão da RESEX. A respeito disso, Canto et al., (2020a) também reconheceram esse protagonismo, principalmente devido

à força da representatividade local. Essa Associação tem desenvolvido a função de mediadora entre as comunidades e os órgãos federais, porém pouco interagindo com os órgãos municipais.

No intuito de identificar os conflitos existentes na RESEX a partir da perspectiva dos sujeitos sociais envolvidos nos processos de gestão, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os membros do Conselho Deliberativo. As informações coletadas encontram-se dispostas no Quadro 1.

Desse modo, constatou-se que, de acordo com os conselheiros, os principais conflitos socioambientais identificados na RESEX foram: pesca predatória, degradação dos mangues e conflitos fundiários. Quanto à pesca predatória, as pesquisas de Isaac-Nahum e Ferrari (2017); e Paula (2020) apontaram para a pressão exercida pela pesca industrial, que coloca em risco os estoques pesqueiros. E quanto à degradação dos mangues, a pesquisa de Almeida Filho, Tognella e Lima (2020) aponta para a importância da

implementação das RESEX como proteção a esse bioma, mas também ressalta que, sem a devida fiscalização, os riscos crescem vertiginosamente, bem como a baixa frequência da realização de atividades de educação ambiental (BRAGA, SILVA; RODRIGUES, 2020).

A identificação desses conflitos foi fundamental para o início das reflexões e análises acerca dos problemas da gestão compartilhada da RESEX. Em uma pesquisa desenvolvida por Santos et al., (2020), a qual versa sobre os conflitos socioambientais verificados na Vila de Camará, os autores citaram como principais conflitos a pesca predatória, a falta de regularização fundiária, além da destinação inadequada de resíduos sólidos na Praia do Lembe. Estes mesmos conflitos também foram detectados nos estudos de Ferreira, Maneschy e Ribeiro (2017); França, Silva e Araújo (2020); Silva et al (2017); e Treccani, Monteiro e Pinheiro (2020).

Todos os conflitos observados durante os trabalhos de campo foram identificados e encontram-se no Quadro 2, divididos de acordo com as tipologias.

**Quadro 1.** Entrevistas realizadas com os conselheiros da RESEX Marinha Mestre Lucindo.

Entrevistado	Instituição/ Polo que representa	Quais os principais conflitos socioambientais existentes na RESEX?	Quais as instituições ou órgãos você procura para lidar com esses conflitos?
1	ICMBIO	Dificuldade de comunicação (devido a distância entre os Polos); falta de capacitação da sociedade; e conflitos de interesses (algumas vezes por questões políticas).	SEMMA e EMATER-PA
2	Instituto Muirapinima	Degradação dos mangues (corte de madeira); resíduos sólidos (falta de consciência ambiental, ausência de coleta seletiva e de práticas de reutilização); pesca predatória; e queimadas.	Ministério Público, Secretaria de Pesca e Delegacia
3	Câmara de Vereadores	Falta de conscientização dos turistas, moradores e donos de estabelecimentos.	Instituto Muirapinima e SEMMA
4	Polo 7	Extração predatória do caranguejo; pesca predatória; e queimadas.	EMATER e AUREMLUC
5	ICMBIO	Desmatamento e fiscalização ineficiente da pesca.	ICMBIO e Polícia
6	Polo 5	Desmatamento; resíduos sólidos; e degradação dos mangues.	AUREMLUC, SEMMA e ICMBIO
7	AUREMAG	Desmatamento; pesca predatória; resíduos sólidos; e degradação dos mangues.	ICMBIO e Ministério Público
8	AUREMLUC	Desmatamento; pesca predatória; e degradação dos mangues.	ICMBIO, SPU e SEMMA
9	CONFREM	Pesca predatória; degradação dos mangues; problemas fundiários; conflitos entre pescadores pela falta de delimitação física da RESEX.	Procuradoria Federal, ICMBIO e Polícia Federal
10	Polo da Juventude	Desmatamento; resíduos sólidos; e pesca predatória.	SEMMA e ICMBIO
11	EMATER-PA	Problemas fundiários; desmatamento; ocupação desordenada; resíduos sólidos; e pesca predatória.	SEMMA e ICMBIO
12	Polo 1	Problemas fundiários; desmatamento; queimadas; e degradação dos mangues.	ICMBIO, Procuradoria Federal, SEMMA e SPU
13	Instituto Bebê Naiff	Pouca divulgação da RESEX	Não soube responder
14	Colônia de Pescadores	Pesca predatória; queimadas; assoreamento de corpos hídricos; e poluição sonora.	SEMMA e ICMBIO
15	CEPNOR-PA	Falta de regulamentação na área pesqueira; e falta de conhecimento da população sobre a RESEX.	ICMBIO, IBAMA, SEMMA e Polícia Militar
16	UFRA	Pesca predatória.	ICMBIO, SEMMA, IBAMA e Ministério Público

Fonte: GPSA-Amazonias, 2019.

**Quadro 2.** Tipologias dos conflitos existentes na RESEX Marinha Mestre Lucindo.

<b>CONFLITOS OPERACIONAIS DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO</b>
Conflito gerado pela falta de informação
Conflito gerado pela fragilidade da logística governamental para execução de trabalhos na RESEX
Conflito gerado pela implementação do NGI (Núcleo de Gestão Integrada) em todas as UCs do Salgado Paraense
Conflito gerado pela multiplicidade de interesses de membros do Conselho Deliberativo
Conflito gerado pela falta de delimitação física ao longo da área da RESEX
Conflito gerado pela falta de regularização fundiária
Conflito gerado pela falta de comunicação entre as comunidades da RESEX
Conflito gerado pela fragilidade da relação Universidades/RESEX
<b>CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO</b>
Conflito gerado pela pesca predatória
Conflito gerado pela disposição inadequada de resíduos sólidos próximo de mananciais
Conflito gerado pela disposição inadequada de resíduos sólidos nos manguezais
Conflito gerado pela falta de saneamento básico
Conflito gerado pela extração de madeira nas áreas de mangue, além das áreas de terra firme
Conflito gerado pelo desrespeito do período do defeso do caranguejo
Conflito gerado pela degradação antrópica dos manguezais
Conflito gerado pelas queimadas e ao desmatamento
Conflito gerado pelo assoreamento antrópico de rios e igarapés
Conflito gerado pelo acúmulo de resíduos sólidos em rios e igarapés
Conflito gerado pela extração predatória de caranguejo
Conflito gerado pelas práticas de turismo desordenado
<b>CONFLITOS DE OUTRAS ORDENS DA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO</b>
Conflito gerado pelos acidentes devido a lanchas de praticagem que passam em alta velocidade

Fonte: GPSA-Amazonias, 2020.

Canto et al., (2020a), em uma pesquisa sobre o uso de redes para a análise de conflitos nesta RESEX, verificaram, também por meio de entrevistas com moradores locais, que o ICMBio e a AUREMLUC dividem a centralidade da atenção, pois foram as entidades mais citadas pelos entrevistados. Os autores ressaltaram que isto revela pouca interação entre as demais instituições envolvidas, assim

como entre as instituições e as comunidades, podendo interferir nas interações entre os demais sujeitos sociais. Quanto a isso, Prado e Seixas (2018) apontaram para a dependência das populações extrativistas em relação aos demais sujeitos sociais envolvidos, alertando para o fato de que a cogestão seja um instrumento de emancipação social, e não de tutela. O mesmo também pôde ser verificado



nas pesquisas de Espírito Santo e Piraux (2021); e de Silva, Anunciação e Araújo (2020). Desse modo, como conhecimento adquirido a partir das vivências anteriormente relatadas, foi

possível identificar os limites presentes no contexto da gestão compartilhada da RESEX, os quais foram sintetizados no Quadro 3.

**Quadro 3.** Limites da gestão compartilhada na RESEX Marinha Mestre Lucindo.

LIMITES DA GESTÃO COMPARTILHADA NA RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO
Baixa instrução dos conselheiros
Falta de informação de parte da população e por alguns conselheiros
Baixo grau de participação da população
Multiplicidade de interesses de membros do Conselho Deliberativo
Comunicação frágil entre as comunidades da RESEX
Implantação do Núcleo de Gestão Integrada (NGI)

GPSA-Amazônias, 2019.

Sobre a baixa instrução de alguns conselheiros, cabe aqui salientar o reconhecimento e a valorização da riqueza de conhecimentos tradicionais que tanto contribuem para o saber científico. Entretanto, a deficiência na escolarização os torna mais suscetíveis a propostas mal-intencionadas.

Exemplo disso foi o discurso de representantes da Rede Celpa durante reunião do Conselho Deliberativo ocorrida em 24 de setembro de 2018. Na ocasião, os representantes mencionaram que, no âmbito do Programa “Luz Para Todos”, a

concessionária estava interessada em implantar postes de iluminação pública em localidades que ainda não possuíam energia elétrica. Inicialmente, houve uma grande euforia ante a essa proposta, principalmente por moradores de algumas comunidades. Entretanto, o representante da Universidade Federal do Pará, professor Otávio do Canto, no Conselho da RESEX, pediu cautela, e solicitou os documentos relativos à aprovação para a execução do Projeto, a fim de apreciar o material, juntamente com os demais

conselheiros, com maior atenção. Depois dessa demanda não voltaram a tratar o assunto no Conselho. Tudo indica que tratava-se apenas de uma manobra política em época eleitoral, criando uma expectativa sem o devido esclarecimento aos comunitários. Depois de algum tempo, na reunião de 10 de outubro de 2019, foi relatado por funcionários do ICMBio que representantes da Rede Celpa tomaram conhecimento de que o licenciamento das obras seria realizado pelo IBAMA, em decorrência disso, a concessionária declarou ter desistido do processo.

Quanto à falta de informação, este aspecto referiu-se a duas situações verificadas ao longo das atividades desenvolvidas na RESEX. A primeira delas foi o desconhecimento da própria existência da RESEX por moradores de algumas comunidades. O ponto interessante a ser ressaltado é que, devido a esse desconhecimento, esta parcela da população tornou-se passível a adotar certos comportamentos que não são permitidos em UCs. E a segunda

situação foi a falta de conhecimento por parte de alguns conselheiros a respeito de suas atribuições, verificada ao longo das observações de campo. Dessa maneira, o desenvolvimento adequado do trabalho destes conselheiros pôde ser comprometido, além de limitar seu poder de atuação.

A respeito do baixo grau de participação da população, verificou-se que, mesmo abertas ao público, as reuniões ou algumas atividades relacionadas à gestão da RESEX tiveram baixa participação dos habitantes locais que não faziam parte do Conselho Deliberativo. Sobre isso, é importante atentar para a população residente na chamada "Zona de Água Doce", composta pelas comunidades de Remanso, Pedral, Marudazinho, Cipoteua, Maranhãozinho, Boa Esperança, Santana do Maú, Cruzeiro do Maú e Igarapé-açu. Os habitantes destas comunidades foram os que menos participaram desses eventos, devido ao acesso dificultado não apenas pela distância, mas também pelas precárias condições das estradas,

já que a grande maioria dos eventos ocorreu na sede do município.

Sobre a multiplicidade de interesses de membros do Conselho Deliberativo, é fato que a gestão compartilhada é marcada pela multiplicidade. Universidades, associações comunitárias, membros da população local, órgãos federais, entre outros compõem o Conselho Deliberativo da RESEX. Entretanto, ao mesmo tempo em que este conjunto de diferentes perspectivas enriquece as possibilidades à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento local, tanta heterogeneidade também gera limites à gestão, devido principalmente à distinção de interesses entre cada um destes sujeitos.

Quanto à comunicação frágil entre as comunidades, verificou-se que, devido à extensão da RESEX e ao fato de que em algumas delas não havia cobertura de sinal para telefone e/ou internet, a divulgação de informações foi bastante difícil.

Por fim, tem-se a implantação do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) do ICMBio, por meio da Portaria nº 120, de

13 de fevereiro de 2020. Este novo modelo de gestão extinguiu o cargo do gestor da RESEX e o substituiu por uma equipe de técnicos especializados em uma das seguintes áreas temáticas: proteção, gestão socioambiental, uso público, regularização fundiária, licenciamento, administração e monitoramento. Esta mesma equipe será responsável por todas as sete UCs situadas no Salgado Paraense. De acordo com a Portaria, a implantação do NGI se daria a partir do mês de maio de 2020. Entretanto, devido à pandemia, o NGI ainda não está em pleno funcionamento.

Ademais, esta nova conjuntura já demonstra ser uma nova limitação à gestão compartilhada, pelo fato de que cada técnico responsável por todas as outras sete UCs, deverá se deslocar entre elas, o que impõe uma logística para a circulação dos profissionais entre as UCs, que pode ser afetada pelas condições das estradas e rodovias comuns ao acesso entre as UCs. Considerando ainda que o número de demandas aumentará substancialmente, aumentarão

também as chances de desaceleração dos processos relativos a elas. Além disso, atentando para o contexto político atual, tem-se o Decreto Federal nº 10.341/2020, que dispõe que o Governo Federal pode recorrer à ação das Forças Armadas como “Garantia da Lei e da Ordem” em UCs federais. Em especial, no Parágrafo único deste Decreto, fica estabelecido que os órgãos públicos federais voltados à proteção ambiental serão coordenados pelos Comandos das Forças Armadas. Isto pode significar o início da restrição da autonomia dos Conselhos Gestores.

## CONCLUSÃO

A gestão compartilhada permite a participação equitativa dos diversos sujeitos sociais nas discussões e decisões e, conseqüentemente, na condução democrática das políticas de ação territorial. E, como parte inerente de um cenário formado por diversos sujeitos sociais, tem-se a presença dos conflitos socioambientais, que podem interferir diretamente sobre os processos da gestão compartilhada.

Desse modo, tem-se o Conselho Deliberativo, uma entidade responsável por manter e reforçar o maior grau possível de representatividade local, juntamente com a colaboração de instituições distintas, com vistas à formação de análises mais complexas e holísticas acerca da realidade local. Entretanto, a diversidade de sujeitos sociais envolvidos, em que pese enriquecer as possibilidades de ação sobre o território, também possibilita a ampliação de conflitos.

Neste sentido, tendo em vista os conflitos existentes, foram verificados alguns dos limites da gestão compartilhada, sendo eles: baixa escolarização dos conselheiros, falta de informação das comunidades acerca da UC, baixo grau de participação da população, multiplicidade de interesses dos membros do conselho deliberativo, comunicação frágil entre as comunidades da RESEX e a implantação do Núcleo de Gestão Integrada (NGI). Embora os conflitos existentes possam ser interpretados, à primeira vista, como fatores limitantes

ao desenvolvimento local, estes são, na verdade, agentes propulsores deste processo, pois geram novas formas de interpretação da realidade e novos meios de mediação destes embates. Logo, a construção da gestão compartilhada se refere a um movimento de participação de múltiplas vozes que se insurgem do local, a partir de uma condução democrática que se estabelece em um plano dialético.

Desse modo, pensar a gestão pressupõe, complementarmente, pensar o planejamento, e adequá-lo à realidade local, não de maneira dualista, mas complementar, intercambiável para o alcance de uma realidade mais sustentável.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, E.; TOGNELLA, M. M. P.; LIMA, K. O. O. Panorama da conservação dos manguezais brasileiros: distribuição das Reservas Extrativistas. **Enciclopédia Biosfera**, GO, v.17, n.33, p. 324-338, 2020.
- ALVES, A. J. A.; SILVA, C. N.; REIS, J. F. G.; CAETANNO, V. N. S. Desterritorialização produtiva e mudanças em Marajó: arrecadação, desemprego e violência na cidade de Breves (Pará-Brasil). **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 31, n. 2, p.406-427, 2020.
- BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BRAGA, D. P.; SILVA, G. M.; RODRIGUES, L. M. M. Educação Ambiental em Unidades de Conservação: o caso da RESEX Marinha da Prainha do Canto Verde. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, n. 12, p. 89-99, 2020.
- BRASIL. Decreto de 10 de outubro de 2014. Cria a Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, localizada no Município de Marapanim, Estado do Pará. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. Decreto nº 10.341, de 6 de maio de 2020. Autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2000.
- BUCKLES, D.; RUSNAK, G. Conflicto y colaboración en el manejo de los recursos naturales. In: Buckles, D. (ed)

Cultivar la paz: **Conflicto y colaboración en el manejo de los recursos naturales**. Ottawa, IDRC, 2000.

CAMPOS, R. R.; NASCIMENTO, M. D. S.; MENDONÇA, S. C. Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo (PA): processo de criação e perspectivas para o turismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.2, p.300-327, 2017.

CANTO, O. do.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; VASCONCELLOS, A. M. A.; FENZL, N.; BASTOS, R. Z.; TUPIASSU, L.; ABREU, A.; SANTOS, M. Uso de redes na análise de conflito socioambiental e de gestão do território, na RESEX Marinha "Mestre Lucindo", Marapanim/PA. In: SILVA, C. N.; ROCHA, G. M.; SILVA, J. M. P. (Org.) **O Espaço geográfico amazônico em debate: dinâmicas territoriais e ambientais**. Belém: GAPTA/UFPA, 2020a.

CANTO, O. do. VASCONCELLOS, M., VASCONCELLOS, A., FONSECA, L. IALIS, A. Conflitos socioambientais e limites da gestão compartilhada em unidades de conservação na zona costeira amazônica. **REDES**. 2020b, v. 3, p. 1.528-1.552.

CANTO, O. do. VASCONCELLOS, M., VASCONCELLOS, A., NOVAES, T., ABREU, A., SOARES, D. Conflitos Socioambientais e Gestão do Território em Unidades de Conservação na Zona Costeira do Estado do Pará-Amazônia-Brasil. In: SILVA, C. N.; ROCHA, G. M.; SILVA, J. M. P. **Perspectivas e Análises do Espaço Geográfico: Dinâmicas Ambientais e Uso dos Recursos Naturais**. Belém: GAPTA/UFPA, 2018.

CARLSSON, L.; BERKES, F. Co-management: concepts and methodological implications. **Journal of Environmental Management**, 75, 65-76, 2005.

CASAL, F. C.; SOUTO, F. J. B. Conhecimentos etnoecológicos de pescadores da RESEX Marinha Baía do Iguape sobre ecologia trófica em ambiente de manguezal. **Ethnoscientia**, v. 3, 2018.

COSTA, F. W. D.; PEREIRA, P. R. M. Gestão socioambiental nas Unidades de Conservação do Maranhão: características, conflitos e perspectivas. **Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP**, Presidente Prudente, n. 06, v. 01, p. 01-24, mês nov. Ano 2018. ISSN: 1984-1647.

COSTA, P. C. P. Reservas extrativistas marinhas: reflexões sobre desafios e oportunidades para a cogestão em áreas marinhas protegidas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 417 – 431, 2018.

COSTA, E. R.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; ROCHA, G. M. Conflitos socioambientais e perspectivas de governança em Unidades de Conservação: o caso da Floresta Estadual do Amapá, Amazônia, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 49, p. 83-107, dezembro 2018.

ESPÍRITO SANTO, I. S.; PIRAUX, M. Desafios do funcionamento de conselhos deliberativos em reservas extrativistas marinhas na região bragantina do estado do Pará. **Raízes:**

**Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 1, p. 62-78, 2021.

FERREIRA, V. T. B.; MANESCHY, M. C.; RIBEIRO, T. G. A dinâmica da pesca em território de uso comum: o problema do manejo nas reservas extrativistas marinhas. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 11, n. 2, 49-56, 2017.

FRANÇA, J. L.; SILVA, R. O.; ARAÚJO, I. R. S. Políticas públicas socioambientais na Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo-PA. **Revista de Educação, Saúde e Ciências do Xingu**, v. 1, n. 2, p. 63-78, 2020.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Estudo Socioambiental Referente à Proposta de Criação da Reserva Extrativista Marinha no Município de Marapanim, Estado do Pará**. Brasília: ICMBIO, 2014.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Portaria nº 120, de 13 de fevereiro de 2020. Institui o Núcleo de Gestão Integrada – ICMBio Salgado Paraense, como um arranjo organizacional para gestão territorial integrada de Unidades de Conservação federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes - ICMBio (processo SEI n. 02070.001141/2020-01). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 fev. 2020. p. 88.

ISAAC-NAHUM, V. J.; FERRARI, S. F. Assessment and management of the North Brazil Shelf Large Marine Ecosystem. **Environmental Development**, v. 22, p.97-110, 2017.

JENTOFT, S. Co-management – the way forward. In: WILSON et al (Org.). **The fisheries co-management experience: accomplishments, challenges and prospects**. Dordrecht: **Kluwer Academic Publishers**, 2003. p. 1-14.

LIMA, L. M.; SILVA, C. N.; PAULA, C. Q.; MARINHO, V. N. M.; ROSA, A. M. Transformações no médio Rio Araguari, no Amapá: contribuições ao debate sobre conflitos na pesca artesanal. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.2, p.12475-12491, 2021.

LIMA, L. M.; SILVA, C. N.; PAULA, C. Q.; SOARES, D. A. S. Large hydroelectric projects in the Araguari river basin: territorialities, impact and resistance of Amapá's fishing (Amazon, Amapá, Brazil). **International Journal of Development Research**, v. 10, Issue 08, p. 38681-38689, 2020.

PAULA, C. Q. Conflitos por território na pesca artesanal brasileira. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 23, n. 51, p. 180-204, 2020.

PEREIRA, G. P.; FENELON, A. N.; OLIVEIRA, M. L. R. Perspectivas e desafios na criação de uma Reserva Extrativista Marinha. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 12, n. 4, p. 1291-1316, 2019.

PRADO, D. S.; SEIXAS, C. S. Da floresta ao litoral: instrumentos de cogestão e o legado institucional das Reservas Extrativistas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 281-298, 2018.

ROCHA, G. M.; FLORES, M. S. A.; LIMA, I. C. P.; MANESCHY, R. Q. RESEX Marinhas na zona costeira do Estado do Pará: acesso a direitos territoriais e ao desenvolvimento. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 25, n. 2, p. 611-625, 2021.

SANTOS, M. C.; CANTO, O.; BASTOS, R. Z.; FENZL, N. TUPIASSU, L.; SOMBRA, D. Conflito e gestão ambiental na zona costeira amazônica: O caso da vila do Camará, Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo, Marapanim– Pará – Amazônia – Brasil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 3, p.15607- 15617, 2020.

SILVA JÚNIOR, S. R.; MANESCHY, M. C. RIBEIRO, T. G.; SILVA, T. I. Desafios da gestão participativa de recursos naturais em uma Reserva Extrativista Marinha no Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 2, p. 173-191, 2018.

SILVA, M. M.; SANTOS, I. F.; SILVA, F. R. C.; TEIXEIRA, C. P. Unidades de Conservação e comunidades locais: gestão de conflitos e instrumentos de participação. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 24, n. 3, 2017.

SILVA, M. S. F.; ANUNCIAÇÃO, V. S.; ARAÚJO, H. M. Desafios na gestão ambiental participativa em Unidades de Conservação, Brasil. **Revista Geografar**, v. 15, n. 1, p. 195-219, 2020.

SOMBRA, D.; MOTA, G. S.; LEITE, A. S.; CASTRO, C. J. N. A reterritorialização pesqueira no Estado do Pará: reprodução contraditória das relações capitalistas. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 35, n. 2, p. 243-267, 2018.

TRECCANI, G. D.; MONTEIRO, A. N. G.; PINHEIRO, M. S. B. Dados fundiários e ambientais: divergências e conflitos. **Revista Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 237-271, 2020.